



***Antibrasiliianismo: doença infantil  
da historiografia brasileira***

*José Carlos Sebe Bom Meihy*



### resumo

O presente artigo aborda a produção dos intelectuais norte-americanos que pesquisam o Brasil em diversos campos do conhecimento. De modo geral, os chamados brasilianistas têm sido vistos como “intrusos”, e sobre eles pesa uma rejeição que compromete a análise desse conjunto de pesquisadores segundo os fundamentos da cultura universitária norte-americana. O desconhecimento do contexto daquela produção tem provocado visões que refletem um nacionalismo acadêmico que merece críticas a partir do uso insistente de determinadas práticas conhecidas como “antibrasilianismos”. Pensando em termos historiográficos, essa perspectiva pode ser assumida como uma doença infantil que toma conta da percepção de alguns autores brasileiros que se dizem especialistas no assunto.

**Palavras-chave:** brasilianismo; antibrasilianismo; historiografia; relações Brasil-Estados Unidos.

### abstract

*This article addresses North American authors engaged in research concerning Brazil-specific issues in different realms of knowledge. The rejection befalling those so-called “Brazilianists”, usually regarded as “intruders”, compromises the analysis of their intellectual production on the grounds of North American scholarship. Overall ignorance of the context for their writing has been translated as an expression of academic nationalism, which should be refuted for its recurrent practice known as “anti-Brazilianism”. In historiographic terms, that perspective can be thought of as a childhood illness, compromising the perception of a few Brazilian writers claiming expert knowledge for themselves.*

**Keywords:** *Brazilianism; anti-Brazilianism; historiography; Brazil-USA relations.*



“[...] daí o ser olhado de esguelha  
[pelos que viam torto  
e pensavam com teias de aranhas”  
(Monteiro Lobato).

**A**o tanger o tema “brasilianismo”, Robert M. Levine, na abertura dos anos de 1990, denunciava de maneira arguta “é sempre como o Brasil: uma montanha russa” (Maisonave, 1999). Virado o século XX, na vigência da globalização e dos crescentes refluxos nacionalistas que nos assombram; valorizado o curso de estudos renovados pelos avanços interdisciplinares e trocas naturais de fórmulas de conhecimento acadêmico; consideradas as tortuosas transformações do pensamento crítico brasileiro, causa espécie saber que ainda repon-tam encanecidos desafios atentos à qualificação do brasilianismo como tema, e dos brasilianistas como personagens de uma saga historiográfica algo maldita. Moeda de duas faces, brasilianismo e brasilianistas, de um lado, e antibrasilianismo, de outro, lastreiam incertezas que põem em juízo a função de análises feitas por estrangeiros sobre o Brasil, em particular por pesquisadores acadêmicos norte-americanos<sup>1</sup>. Qualquer breve retrospecto atento àquela produção confirma as

1 No espaço deste ensaio, assume-se o brasilianismo matizado pela experiência norte-americana, levando-se em conta o viés da produção de conhecimento segundo supostos daquela cultura acadêmica e de seu consumo no campo original de criação. Por óbvio, a recepção no Brasil é importante, mas deve ser vista como decorrência historiográfica, não como objetivo. Por “antibrasilianismo” entende-se a crítica sistemática em face daquela produção. Ainda que muitos críticos brasileiros não

sinuosidades da aludida “montanha russa” que, de sobra, deixa quebradiços os trilhos que impedem reflexões remoçadas, oportunas e necessárias.

Lembremos: com insistentes e sutis intermitências, o brasilianismo e os brasilianistas, bem como o antibrasilianismo emergem na cena nacional motivando críticas que, juntadas as partes, provocam sanhas que não conseguem esconder a perenidade de seu caráter dual, de amor e ódio – muito mais de ódio que de amor, diga-se. Para o bem ou para o mal, tal inquietude não resolvida impacienta analistas que, Sísifos acadêmicos, fazem rolar essa pedra temática como impreciação ou castigo alongado. Sem chegar a termo algum, impondo perenes recomeços – e muitas vezes constrangimentos transparentes no quase monócórdico teor condenatório contido nos argumentos –, o que se mantém latente são suspeitas que afloram de porquês confundidos, sintetizados no comprometimento de atitudes de ataques e defesas, procedimentos muitas vezes disfarçados e expressos em favor da renovação e legitimidade de nossas ciências humanas (Green, 2014, p. 12). É nesse panorama que se realiza o ideário de um

---

se assumam antibrasilianistas, não há como deixar de lado essa postura que se enquadra nas molduras de um defensivo e velado *nacionalismo acadêmico*.

---

**JOSÉ CARLOS SEBE BOM MEIHY** é professor aposentado do Departamento de História da FFLCH-USP.

*nacionalismo acadêmico* que não assume publicamente o significado de seu conteúdo. Tudo é ensurdecido, tratado como crítica e, de regra, com alaridos atribuídos à imprensa (Massi, 1990, p. 30).

Que fique claro, pois, de saída que falar de brasilianismo e de brasilianistas implica adotar a relação especular do antibrasilianismo como reflexo. Ainda que o primeiro seja matéria existente sem o segundo, como imagem projetada, desfiguração mesmo, o antibrasilianismo não existiria sem a matriz que lhe dá sentido. Mas há arduas variações na captação e aproveitamento dos discursos brasilianistas, e tais rodeios interessam como tópicos a serem avaliados ao longo dos tempos e dos vieses historiográficos brasileiros. De maneira clara, ainda que autores ressaltem o papel universal do brasilianismo – incluindo em listas pesquisadores de procedências historiográficas plurais –, o que interessa é ferir o alvo norte-americano, particularmente recortado nos *anos de chumbo*, ou seja, desde pouco antes da instalação da ditadura militar de 1964 e nos anos seguintes. Nessa lógica de enquadramento, na medida em que a abertura política se perpetrava nos primeiros anos da década de 1980, a tendência condenatória se esmoreceria, e ao ponto de alguns autores anunciarem seu possível fim, enquadrando aquela manifestação nas molduras dos anos 60/70 (Massi, 1990, p. 30). Há reações que, espertas, percebem a dinâmica de mudanças naturais operadas na produção norte-americana tanto no particular – no que se refere ao Brasil – como no geral – relacionado à América Latina e ao hemisfério sul. A identificação das continuidades ou desdobramentos é destaque nessa marcha irreversível que, afinal, carrega por gerações os sinais dos tempos (Maisonave, 1979; Green, 2014, p. 12; Bieber, 2002, p. 211). Sob a tensão das mudanças, contudo, fica clara a sequência da produção brasilianista que evolui de acordo com interações oportunas, na cadência de dinâmicas próprias, mas em ritmo muito mais lento que o antibrasilianismo, manifestação insistente em retrair seu espectro sempre suspeito e carregado das mesmas dúvidas.

A constatação de uma linha temporal na historiografia brasileira, atenta aos velados discursos antibrasilianistas, serve de chão para exames que se animam com o passar dos anos, reproduzindo ecos que, contudo, se distendem sem muita originalidade e/ou variação substantiva. Meditando

sobre a construção dos argumentos bipolares, torna-se saudável recompor temas centrais – seja de defesa ou ataque – e estabelecer pontos nodais que expliquem o trato dado ao assunto no Brasil<sup>2</sup>. Isso, na altura dos nossos dias, é fundamental para requalificar ideias e assim melhorar a saúde da pendência que se alastra como vírus azado, progredido por gerações que obedecem a propostas de alguns mestres acadêmicos, matrizes veladas do antibrasilianismo. Afinal, pergunta-se: desde as primeiras experiências de contatos formais daquela produção, o brasilianismo e os brasilianistas representam continuidades? Há rupturas, destaques, balizas nessa produção e em suas reações? E as formas de recepção, se variaram, por que ocorreram? A mais admissível interrogação, porém, implica responder se cabem ainda as posturas antibrasilianistas e até onde elas conseguiram ou conseguirão vigir.

## **O BRASILIANISMO, OS BRASILIANISTAS E O ANTIBRASILIANISMO**

Que não se confunda então o discurso do movimento brasilianista e dos personagens brasilianistas com o antibrasilianismo, posto serem evidentes suas autonomias, desde o motivo da produção até os polos receptores. Trata-se de campos historiográficos diferentes e que correspondem a articulações próprias do meio que as caracterizam (Bourdieu, 2004). Ressalta-se ainda – quase exceção que confirma a regra – a crescente presença de recentes análises críticas temperadas, “mais neutras” (Bieber, 2001, p. 196), ou de apreciações consistentes e capazes de inscrever a problemática analítica em quadros fundamentados historiograficamente (Carrijo, 2007). Com isso, em face de novos estímulos para a retomada da questão, postula-se a necessidade de (re)ver a produção intelectual estadunidense sobre o Brasil, partindo-se da geratriz que, antes de nada mais, a situa em seu nascituro, como natural ramo da historiografia norte-americana. Trabalhos atentos à superação dos extremos ratificam o brasilianismo, como lugar de

---

2 É válido assinalar que há setores brasileiros que reconhecem na produção brasilianistas qualidades inquestionáveis e até exageradas. Igualmente passíveis de críticas, esses aplausos são criticáveis.

pesquisas e que se constitui, pelo olhar estadunidense, em “um subcampo pequeno e deficiente da história latino-americana” (Bieber, 2002, p. 195).

O antibrasilianismo, por sua vez, deve se portar como expressão do pensamento crítico brasileiro, não apenas promovido pela imprensa escrita, para a qual o brasilianismo seria, naturalmente, “um prato cheio”. Estimulado pela presença inquietante daquele padrão exegético – que segue tradição própria, muito mais atenta a temas “presentificadores” como *modernização e implicações políticas do conhecimento* –, tem sido na academia que se processam as críticas mais agudas, ainda que revestidas de camuflagens. De toda forma, proposto como discurso dissonante de nosso coro historiográfico – mas sempre passível de reações –, o brasilianismo pode ser facilmente identificado como fator “intruso” (Levine, 2002, p. 65). Por certo, ambos os códigos se comunicam e interagem em ritmos próprios, mas é patente que qualquer reflexão mais cuidada é tributária de suas matrizes historiográficas, sejam estadunidenses ou brasileiras. Explicar o brasilianismo em geral pelo antibrasilianismo seria como que inverter a ordem reflexiva, tomando o avesso pelo direito, a representação pelo modelo, a sombra pelo personagem.

Entre o brasilianismo e o antibrasilianismo, há um perturbador elemento, pouco considerado, mas que faz a diferença nas conformações analíticas: os brasilianistas, pessoas que reagem às incitações contextuais, nem sempre em obediência aos rígidos mandamentos do figurino hipotético. A mera indicação desse tipo social-acadêmico convida a supor uma movimentação humana, de pessoas capazes de pôr em causa os padrões materializados em teorias absolutas, propostas fechadas, linhagens intelectuais discursivas obrigatórias, ou ordenamentos políticos estatais. A identificação mecânica do brasilianismo com os brasilianistas tem sido uma das mais recorrentes distorções promovidas pela avaliação antibrasilianista. Por lógico, tais enquadramentos exibem furos que comprometem o simplismo da fórmula acusatória, que, contudo, continua e promete sequência ao longo do tempo. É comum, por exemplo, indicar o brasilianismo como um todo de vocação absoluta, mas, ao se considerar alguma produção específica, inevitavelmente, ressaltam-se discrepâncias que demandam justifica-

tivas<sup>3</sup>. Ainda que se proponha variáveis classificatórias entre o escopo brasilianista, de regra, o que se vê é uma tabela cromática que, contudo, em nuances suavizantes, não abdica da cor própria.

Há casos curiosos que dão vida às excepcionalidades, e que assim permitem tecer comentários a certas posturas condenatórias, pois autores como Warren Dean, Ralph Della Cava, Barbara Weinstein ou James N. Green são alguns tipos que, por atitudes públicas sempre favoráveis ao progressismo político nacional brasileiro, passam a ser vistos como “fora da curva” ou mesmo, segundo se repete, “acima de qualquer suspeita”. Na medida em que exames de trabalhos de alguns brasilianistas ganham conotação de estudos específicos, como que a se desculpar, dados biográficos dos “escolhidos” atuam de maneira a abonar a excepcionalidade de cada um. Não é, pois, desprezível afirmar que, na medida do desgaste puro e simples dos supostos generalizadores antibrasilianistas, preside uma tendência progressiva em “biografar” os autores, mostrando-se dessa maneira seu caráter “desviante”, ou pelo menos explicativo das atitudes de certos personagens (Santos, Oliveira & Susin, 2014). Em muitos casos, tomando frases dos próprios brasilianistas, pretende-se responder aos questionamentos historiográfico-identitários pelo incômodo da pergunta que, desde seu enunciado, traz o veredito condenatório.

Recentemente, a partir da reverberação da crítica negativa ao brasilianismo, alguns protagonistas praticamente se defendem em público, se explicando em vista de seu lugar no conjunto. Muitos indagados – ou a se autoquestionar sobre a questão (Weinstein, 2016) – autobiografam a própria experiência e se fundamentam frente ao preconceito disseminado. E os detalhamentos personalizados, como defesa, vêm em cascata de argumentos distintivos seja de geração, gênero, procedência étnica, orientação sexual, formação acadêmica ou credo religioso. Interessa tal constatação como evidência da dificuldade de separar o movimento, o brasilianismo, de seus personagens, os brasilianistas. Na maioria das vezes, progressi-

3 Atento a essa tendência, entre 1989 e 1990, coletei 64 entrevistas de *histórias de vida* e, destas, 32 foram publicadas no volume *A Colônia Brasilianista: História Oral de Vida Acadêmica*.

vamente, nota-se o enjeite antibrasileiristas tecido com fios devotos às produções isoladas, como se não integrassem o todo bandido. Retoma-se, a fim de qualificar o caso, a oportunidade da expressão “colônia brasileiroista” cunhada para aquela comunidade que, mesmo comportando diferenças notáveis entre si, rende tributo às mesmas origens, pertence às mesmas linhagens e é tributária de diálogos próprios. Aliás, a noção de “colônia” se aplica exatamente por juntar diferenças sob o denominador comum que a qualifica: o labor intelectual proposto numa relação de trabalho e produção acadêmica. Por óbvio, sob os efeitos de décadas de convívio, as interações ocorrem favorecendo intercâmbios que, porém, não lhes permite fugir de sua gênese. É exatamente o teor hereditário/intelectual que exige que se considerem as continuidades e se condenem destaques suscetíveis às demandas de seus momentos de vigências.

Há situada uma memória endurecida nas oposições ao brasileiroismo em geral, e a constatação disso implica notar a dificuldade de mudanças em busca de aperfeiçoamento dos fatores discriminatórios. Assim, por exemplo, a fim de reciclar o andamento do assunto, vale debilitar alguns sintomas permanentes na constituição dessa disputa que, vista em seu caráter obsessivo e disfarçado, ganha ares de enfermidade. E, então, sob a mirada historiográfica, cabe compreender que a permanência do antibrasileirismo funciona como uma espécie de doença historiográfica, mazela infantil que se manifesta segundo alguns sinais, a saber<sup>4</sup>:

- 1) O peso sempre inaugural do replicado debate sobre a origem do termo “brasileiroista”, pontificado como criação nossa, supostamente fiado pela primeira vez no Brasil em texto de Francisco de Assis Barbosa na introdução do livro de Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco: 1930-1964* (Massi,

4 A escolha do título deste artigo nada tem a ver com o texto de Lenin, de 1920, sobre o esquerdismo como doença do partidário comunista; também não se aproxima da proposta de Susan Sontag, escrita em 1978, no ensaio sobre representações da tuberculose e câncer na sociedade. A intenção é demonstrar a debilidade de uma linha de interpretação do brasileiroismo provocada pelo desconhecimento das raízes da organização curricular norte-americana.

1990, p. 29). Tal apropriação, ainda que deixe entrever contradição, alivia o peso de outra origem, muito mais provável e anterior, derivada dos *estudos de área*, orientação definida como critério depois do impactante surgimento, em 1958, do Ato Educacional de Defesa Nacional, título VI (Neda), nos Estados Unidos<sup>5</sup>. Estabelecida a lei, o texto devotado ao incremento geral dos estudos de línguas estrangeiras produziu efeitos imediatos e revolucionários nas matérias relativas às pesquisas regionais e internacionais<sup>6</sup>. Mostra disso, por exemplo, foi a vulgarização, desde 1959, de termos como “africanista”, designação esta atenta a uma região pouco contemplada no plantel de estudos estadunidenses (Wallerstein, 1997, p. 129). Na mesma linha, multiplicaram-se “hispanistas”, “iberistas”, “argentinas”, “cubanistas”, “colombianistas”, mas, sobretudo, os “latino-americanistas”. Aliás, cabe lembrar que desde 1918, com a publicação da *Hispanic American Historical Review*, estava patenteada a referência do que se enunciou como “*specimen americanus* do gênero *brazilianist*” (Almeida, 2002, p. 34). Convém insistir que seria misericordioso achar que a assimilação “natural” do termo “brasileiroista”, entre nós, corresponde a uma legitimação do conceito segundo a indicação de Francisco de Assis Barbosa. A sutileza da nomeação de outra alternativa não passaria de referência indicativa não expressa em desejáveis argumentos. Pelo contrário, o que se valoriza é a

5 O Neda foi coetâneo do Projeto Camelot, espécie de complô preparado pelo governo norte-americano para atuação em particular no Chile. Valendo-se de informações privilegiadas conseguidas via pesquisas acadêmicas, o Neda foi aproximado automaticamente à intervenção estadunidense nos assuntos políticos internos brasileiros.

6 Criado como artifício político e cultural defensivo, depois do sucesso das investidas soviéticas no espaço, o governo de Dwight D. Eisenhower promoveu medidas de incremento às pesquisas em geral, valendo-se dos avanços tecnológicos e do potencial de estudos das universidades, transformando os critérios curriculares. O Ato inicialmente foi proposto para durar quatro anos, mas seus efeitos o fizeram muito mais consequente. A finalidade do Neda era alimentar a superioridade tecnológica dos Estados Unidos, alertando contra avanços de adversários potenciais.

capitação atribuída à nossa imprensa como se ela tivesse o condão explicativo<sup>7</sup>.

- 2) Na falta de argumentos mais robustos, os detratadores – hoje como no passado – inquiriam sobre a grafia do termo “brasilianista”, jogando com pretensa picardia a variação com “z” ou com “s”; com “t” no final, ou não, em inglês ou português (Pontes, 1990, p. 45). Apelando de maneira quase dissimulada para uma literalidade estreita que liga a existência do tema a um vocábulo definidor, chega a ser simplista a redução do conceito à origem etimológica da palavra, e assim, por esse artifício, nota-se a precariedade de análises históricas e processuais. E nem vale dizer que, independente da grafia em dicionário, “todos saberiam o significado do termo”<sup>8</sup>. Retórica à parte, sendo do conhecimento de “todos”, por que a revisão da matéria? Sem respeitar anterioridades muito bem constituídas e fundamentadas, e apagando-se o colorido contextual específico, o que resulta é a persistência da redução de uma complexa experiência historiográfica desdobrada em eventuais excentricidades do vínculo do termo com sua prática imediata. Por lógico, tais investidas tiveram algum sentido indicativo no passado remoto, mas daí a fazer disso motivo de incansável polêmica vai distância. Também provoca admiração a insistência dessas abordagens, fato, aliás, que apenas se explica pela tentativa de fixação de um argumento condenatório que percebe o enredado inscrito em suposto *estado de dicionário*. Imagina-se que potencial alternativa mais sofisticada remeteria à outra dinâmica permitida pelo uso do termo “brasilianista”. Como decorrência de menções de pertencimentos identitários, culturalmente fixados, com certeza, o exame da questão ganharia quilate qualitativo muito mais viçoso. Essa possibilidade, aliás, daria dimensão dis-

tinta ao debate que, infelizmente, tem sido negligenciado em sua semente historiográfica<sup>9</sup>.

- 3) Outro aspecto relevante a ser notado remete às áreas ou campos de estudos, sendo que se constata com facilidade a predominância de pesquisas feitas nas searas histórica e literária (Tyrrel, 2009, p. 455). Sim, é fácil notar uma preferência ou escolha atenta a esses setores, fato, aliás, comum desde sempre, mas acentuado no pós-guerra norte-americano (Berger, 1995, p. 19). Em vista disso, cabe perguntar da relevância dessas opções, em particular se a montagem do controle atribuído ao papel dos *scholars* norte-americanos, para melhor eficiência, não apresentaria resultado efetivo se remetesse à situação plural, interdisciplinar. Cabe a dúvida centrada na evidente incoerência, posto que, para planos de dominação geopolítica, certamente, a soma de muitos outros campos seria bem mais competente do que apenas a centralidade histórica e de domínio de língua. Assim, nota-se que se avizinha do precário a constatação do reverso, ou seja, a injusta diminuição da qualidade e quantidade de estudos feitos em outras áreas do conhecimento. Por outro ângulo, a reunião exclusiva de estudos históricos e literários promoveria um olhar esquivo, atento a áreas que, afinal, pouco acrescentariam ao hipoteticamente já sabido pelos conjeturados comandos estratégicos.
- 4) Chega a ser preocupante o uso/abuso das estatísticas para provar o óbvio. Mais que monótona, a repetição *ad nauseam* dessa prática acaba por sugerir efeito contrário, pois serve para garantir que, na carência de expressivos teores analíticos qualitativos, a exaltação da evidência numérica equivale à fragilidade dos

7 Assumido como capital, o texto assinado pelo jornalista Elio Gaspari, na revista *Veja*, em 1971, no artigo intitulado “A História do Brasil – O Passado do País Está Sendo Escrito em Inglês”, ficava aberta a porta para que um segmento de acadêmicos brasileiros discutisse a questão por tabela, sem reivindicar responsabilidades em suas posturas.

8 Esse argumento, aliás, fragiliza a repetida mania de afirmar que há consenso na aceitação do termo “brasilianista”.

9 Lastima-se que a palavra “brasilianista” seja vista à parte da evolução referenciadora do significado de “ser brasileiro”, ou de algo “relativo ao Brasil”. Derivando do fértil debate sobre a transformação do neologismo “brasilianista” – reforçado por Varnhagen ao dizer que “brasileiro” seria todo e qualquer explorador que viesse ao Brasil –, tal referência foi também explorada por José Hipólito da Costa, que elegeu a palavra “braziliense” como termo ideal para significar “do Brasil”. Convém lembrar que, desde Santa Rita Durão (1722-84), o termo “brasiliano” servia para diferenciar os brasileiros dos demais personagens presentes na colônia. O desconhecimento desse debate empobrece sobremaneira a possibilidade do entendimento do sentido evocado, entre nós, do termo “brasilianista”.



conteúdos argumentativos. Desde sempre, um dos alvos detratores da linhagem historiográfica norte-americana se definiu, no Brasil, pela expressão do número de estudos acadêmicos, fator esse sempre elevado à condição de espetáculo justificador. Alguns autores mais recentes, mesmo aceitando – de acordo com a conveniência argumentativa – a óbvia participação de intelectuais de várias nacionalidades nos projetos sobre o Brasil, sutilmente acabam por comprometer a produção norte-americana com base no crescimento excepcional do volume das pesquisas em dado momento, e, assim, arrematam seus postulados sinalizando a existência de “modelos específicos” que, evidentemente, esconderiam intenções maléficas e contrastantes dos demais estrangeiros, estes sim pretensamente “culturalistas”. Como que vendo a árvore e se esquecendo da floresta, o caráter de ressalva é consagrado com exclusividade pelo fator numérico, e a matriz desse ramo de explicação floresceu entre nós a partir de um dos estudos inaugurais do antibrasilianismo, o texto de Dulce Ramos, de 1974<sup>10</sup>. Como avesso da aceitação repetida dos números, reclama-se da falta de análise de conteúdo e exame dos critérios metodológicos e de diálogos teóricos. Reduzidos a termos como “empiristas” ou “factualistas”, “cronológicos”, sem demonstrações de exegeses constitutivas ou operacionais, restam mesmo os números.

- 5) Talvez, juntamente com seu caráter camuflado, a mais significativa mostra da fraqueza do discurso antibrasilianista resida na eleição de alguns *scholars* erigidos à condição de “notáveis”, que tenham ganhado a cena como se fossem representantes de toda a constelação. Sob esse olhar, uns poucos têm sido destacados e se projetam como protótipos, a partir da “irresistível ascensão do brasilianista no período autoritário” (Almeida, 2002, p. 42). Vistos como “pequena comunidade”, ou

“pequena tribo”, na maioria historiadores que escreviam sobre a modernização da política brasileira – principalmente levando-se em conta a projeção e o desdobramento do período varguista –, esses se mantêm como modelos, núncios de um todo bastante composto, apartados do conhecimento brasileiro. O nome mais salientado dessa geração – grupo que anteriormente chamei de “Filhos de Castro” (Meihy, 1984, p. 253) – foi Thomas Skidmore, que teve sua obra mais conhecida identificada com o apoio do governo estadunidense ao golpe militar de 1964. A sincronia dos fatos assustou o público brasileiro, que ainda professava interpretações da história tendo em vista situações remotas<sup>11</sup>. O destaque de Skidmore, contudo, merecia a companhia também famosa de Robert M. Levine, Joseph Love, John Wirth e Soo-Eul Pang, que, juntos, apresentaram trabalhos articulados sobre Pernambuco, São Paulo, Minas e Bahia, fato que alimentou as convenientes suspeitas de quantos notavam naquela proposta um esforço de dominação em vista de amplo e detalhado conhecimento regional do Brasil<sup>12</sup>. Autores como Stanley Hilton, por sua temática anticomunista, também receberam críticas ferozes, dimensionando o sentido condenatório que, no geral, era expandido a todos. É verdade que nem sempre houve apenas suspeitas; certos pesquisadores, personagens também conhecidas, sempre foram “padrinhos” – via prefácios, comentários e resenhas – de brasilianistas. Entre outros, acadêmicos ilustres, cita-se nomes respeitados como José Honório Rodrigues, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, Francisco de Assis Barbosa, personagens que se mostraram acima do simplismo difamante. Sobre tudo, porém, o que se lamenta é o tratamento contrastante dado aos inominados, personagens que afinal avivam o real sentido dos *estudos de*

10 Por certo, o sentimento antiamericano tem raízes antigas no Brasil, em particular no campo intelectual. Desde os escritos monarquistas de Paulo Prado, no *Allusão Americana* (1890), até *A Desilusão Americana*, de Sergio Miceli (1990), a rejeição aos Estados Unidos convive com argumentos políticos estabelecidos.

11 Vale notar que Skidmore teve desempenho variado ao longo de sua atuação como brasilianista, tendo, inclusive, assumido papel destacado em situações de defesa da redemocratização, em particular frente ao caso de Herzog, em 1975.

12 Ainda que nem sempre notada, a reação favorável a esses quatro projetos também existiu, mas para os antibrasilianistas sempre foi conveniente o ataque a esses livros em conjunto, não separadamente.



área – no caso do Brasil – nos Estados Unidos. Tratando da massa considerável de personagens “desconhecidos”, Judy Bieber lista relações de autores, de diversas áreas, figuras que dialogam diretamente com a historiografia norte-americana, mas que são desconhecidos fora do seu país (Bieber, 2002, p. 201).

- 6) Não é de todo desprezível admitir que alguns autores norte-americanos, por diversas razões – inclusive ideológicas –, mantivessem tipos de vínculos, diretos ou indiretos, com as tais políticas de controle do continente. Não se pretende negar que tais personagens existiram, dimensionando o esforço político militar, levando a cabo ações militantes atentas à nossa sujeição àquele poderio imperialista. Nem há como deixar de reconhecer tal prática notada, por exemplo, nos apoios dados ao rosário de golpes militares latino-americanos, desdobrados na década de 1960 e seguintes, e que também atingiram diretamente o Brasil (Parker, 1979). No rol das entidades suspeitas, certamente, a Central Intelligence Agency (CIA) figura como fundamental, e tal indicação, por si só, seria suficiente para arrolar suspeitas de seus membros (Beiguelman, 1987, p. 201). De maneira original, poucos autores brasileiros têm abordado esse tema, fato que merece destaque por iluminar de maneira explicativa os medos e suspeitas nacionais. Estudos novos apontam, por exemplo, que nomes importantes na cena ideológica – como John W. Foster Dulles – se tornaram conhecidos nos círculos defensivos, implicando generalizações sempre úteis aos detratores da linhagem brasilianista. Há, inclusive, entre os próprios críticos norte-americanos, pessoas que olham de maneira suspeita para essas figuras, alegando que, mesmo na tradição acadêmica norte-americana, o citado Foster Dulles estaria desatualizado metodologicamente (Cline, 1962, p. 456). Como tipo especial, esse autor mereceu, da avaliação brasileira, destaque como modelo conspirador, *double* de engenheiro-historiador, tornando-se paradigma do “intelectual espião”. Por ser filho de conhecida família anticomunista, pertencente a um clã destacado na alta cúpula da política estadunidense, e por ter escrito alguns de seus principais trabalhos contra a

sombra soviética na América Latina – e em particular no Brasil –, exatamente no momento em que a proposta de Fidel Castro se erigia como ameaça continental, sua figura funcionou como modelo da suspeição generalizada contra o imperialismo (Carrijo, 2008). Sendo contratado como engenheiro que previamente atuou no México – onde escreveu *Yesterday in Mexico: A Chronicle of the Revolution: 1919-1936*, antes de vir ao Brasil como funcionário de empresa extrativista, o então futuro professor de História da América Latina na Universidade do Texas se notabilizou por textos que, na leitura desarmada, davam conta de funções de investigação, pelo teor factualista-informativo e cronológico que, juntos, sugeriam caminhos indicativos de uma potencial revolução, de tons socialistas, a ser deflagrada no Brasil. Seus diversos livros contaram com dezenas de resenhas que, afinal, mais do que polêmicas, dimensionavam posicionamentos suspeitos (Almeida, 1986). Convém lembrar que o antibrasilianismo se alimentou também das tendências anti-imperialistas, antiamericanistas e anticomunistas. Insiste-se no enquadramento do antibrasilianismo compondo-se como variante dos preceitos “anti”, condição precípua para a formulação do sempre velado *nacionalismo acadêmico*.

- 7) Na mesma vereda da rejeição, nota-se que a política de tradução – sempre vinculada aos interesses comerciais dos consumidores/leitores brasileiros – também interferiu na consideração geral do propósito do brasilianismo norte-americano. No ritmo que marca alguns brasilianistas como exemplares ou representantes do conjunto, certos autores mereceram versões de seus trabalhos, quase sempre primeiramente escritos em inglês – muitos deles como textos de conclusão de pesquisas acadêmicas. Antes, tais estudos foram publicados em seu país de origem, e este não é detalhe desprezível, pois remete a um ponto fulcral: para quem se escreve. A fim de alimentar o argumento, vale lembrar que o estudo mais famoso dessa fase foi a citada obra de Skidmore, *Politics in Brazil: 1930-1964: An Experiment in Democracy*, que, defendida como tese em Harvard, logo fez jus à publicação nos Estados

Unidos, já em 1967. No Brasil, porém, tardou dois anos, vindo a lume em 1969. Não caberia indicar apenas a antecedência da publicação norte-americana, mas também dar singularidade ao fato de, no Brasil, o livro ter saído, em primeira edição, por uma obscura casa editorial, Saga, com distribuição modesta. A experiência de Skidmore foi replicada por praticamente todos os brasilianistas<sup>13</sup>. Outro caso que merece destaque remete ao polêmico Foster Dulles, que publicou em 1967, nos Estados Unidos, o criticado livro *Vargas of Brazil: A Political Biography*, que, apesar de muito comentado e combatido entre nós, apenas ganhou versão em língua portuguesa dez anos depois. Vale ressaltar, inclusive, que alguns escritos desse autor ainda permanecem inéditos em língua portuguesa e, entre outros, principalmente, o texto muito controvertido *Unrest in Brazil: Political Military Crisis – 1955-1964*. Na linha do reconhecimento do desempenho editorial brasileiro, convém notar que importantes editores exerceram papel definitivo nas versões de escritos dos norte-americanos, em particular Fernando Gasparian, então à frente da Editora Paz e Terra.

- 8) A devoção universitária norte-americana aos livros, coleções e acervos tem sugerido que algumas bibliotecas e centros de pesquisa estadunidenses acumulam séries pensando no potencial controle informativo, condição indicada como precípua para o estabelecimento de estratégias. Universidades como Stanford, Brown e Indiana, por exemplo, funcionariam como polos de excelência no pretense projeto dominador, exatamente por terem acumulado acervos documentais importantes. Como tendência de cunho acadêmico ou científico, esses centros de estudos datam das primeiras investidas de viagens exploratórias que marcam a experiência norte-americana mundo afora, independente de espaço e tempo históricos (Kulik, 1989, p. 7). O cuidado museológico

e de constituição de séries é marca da cultura norte-americana, como demonstrou Robert M. Levine (2002) ao inventariar a formação de séries documentais e arquivos que combinavam a aventura científica com interesses de conhecimentos gerais sobre o Brasil. O desconhecimento dessa forma de agir institucionalmente tem proposto aproximações entre a existência desses polos de pesquisa, como se fossem postos de informações geopolíticas, fato que, contudo, não resiste a maiores exames.

- 9) Vale reforçar a existência de grupos de intelectuais/acadêmicos brasileiros que pontificam posições e assim cumprem um estranho ritual de autocitações, evoluindo muito lentamente de um radicalismo conservador para posicionamentos algo mais negociados, inclusive com detratores. Mas tudo muito dissimulado, com melindres que, contudo, não comprometem a essência das latentes posturas antibrasilianistas. Aliás – e pelo contrário –, é exatamente nas entrelinhas, nos interditos e em mesas-redondas com protagonistas norte-americanos que as insinuações ganham exuberância. Há, contudo, um *argumento de corte* nesse processo que, sem ele, tudo fica debilitado, perdido em ataques espiralados, sem polos palpáveis de responsabilidades efetivas. Extraíndo o debate da contenda pessoal e imediata ao brasilianismo e aos brasilianistas, Sergio Miceli enfeixa argumentos centrados num pressuposto muito mais antigo, conseqüente, complexo e grave: a histórica vinculação institucional entre o governo norte-americano e o brasileiro. Se intermitentes pactos de alinhamentos sempre existiram – em particular desde a proclamação da nossa República –, mais tarde, já nos anos de 1960, instituições privadas estadunidenses, ideologicamente correlatas àquele Estado, também atuaram definindo políticas comuns afeitas à educação<sup>14</sup>. Novos liames se arranjaram com entidades culturais brasileiras atestando uma prática intervencionista norte-americana que, de forma direta e/ou indireta, implicaram

13 Há controvérsias sobre o endereço ou para quem teria sido escrito o primeiro livro de Skidmore, ainda que haja autores que ratifiquem algumas de suas controvertidas entrevistas. Há inclusive quem afiance que ele escreveu para os brasileiros. O fato de tê-lo previamente defendido como tese em Harvard garante o contrário.

14 Dentre os primeiros a destacar o caráter controlador da cultura norte-americana sobre o Brasil está a figura sempre esquecida de Maurício Tragtenberg.

acordos educacionais como o conhecido MEC-Usaid – celebrado entre o nosso Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development (Usaid), entre 1964 e 1976. Na linha desse potente contrato estava o estabelecimento de convênios de assistência técnica e de cooperação financeira destinados a promover a educação brasileira. A presença dominante desse pacto favoreceu a suspeita de interferência, que abrangia desde a educação elementar até o ensino superior. Além disso, não escapa também o artifício da “sedução cultural em sentido amplo”, filtrada por manhas complexas, envolvendo todos os comprometimentos do *american way of life* (Tota, 2000). Certamente, a proposta de Miceli ganha consistência na medida em que soma ao febril preconceito contra o brasilianismo, a força argumentativa de um projeto muito mais estruturado, de orientação político-ideológica efetiva, exercitado pelas ações dos Estados e por algumas entidades atentas ao desenvolvimento do saber formal, erigido segundo os padrões liberais norte-americanos. Evocando velhos estratagemas de atenção continental, Miceli reinscreve a façanha estadunidense, retrazendo-a em um plano mais explicativo dessa construção: o ardid histórico que relacionava o poderio norte-americano às políticas continentais. Com força centrada na análise do papel da Fundação Ford, Leticia Bicalho Canedo (2007) diz que Miceli se apoiou, nos exames que fez, nos chamados “*program officers*, catalisadores na transferência e difusão de projetos transnacionais envoltos nos paradigmas da ciência política e da economia norte-americana”. Ressaltando positivamente o inequívoco papel da Fundação Ford – e de outras como a Fulbright e a Kellogg –, os textos de Miceli iluminaram reflexões que reconhecem a influência vital daqueles institutos na modernização geral das ciências sociais brasileiras. Tudo, porém, em obediência aos postulados estatais estadunidenses, principalmente na proteção anticomunista. O que se colocaria em pauta frente ao debate sobre o brasilianismo seria nossa capacidade de heteronomia, ou seja, de lidar, ou não, com a autonomia em uma relação patrocinada (Santos, s.d., p. 137).

10) Mas pode-se falar do fim do brasilianismo e derrocada do antibrasilianismo? O encaminhamento geral dos motes ditado pelos detratores do brasilianismo – sutis ou não – tende a mostrar o primeiro fadado a termo, pois, com o correr dos anos, o projeto de controle teria perdido seu sentido político. Como que antevendo o declínio da influência soviética e a inviabilidade de transformar o Brasil em uma “Cuba continental”, o brasilianismo perderia vigor, pois não mais precisaria dos “trabalhos diagnósticos” feitos por acadêmicos que, inocentes ou não, seriam massa de manobra. Por lógico, a construção desse argumento implicaria algumas definições que merecem cuidados. Em primeiro lugar, cabe desmitificar a dificuldade conceitual, pois é claro, simples e notável que brasilianista é todo e qualquer intelectual que sistematicamente estuda o Brasil a partir de tradições historiográficas de matrizes próprias, estrangeiras, correlatas aos seus nichos culturais. Cabe aqui notar que mesmo brasileiros que produzam em outro campo historiográfico se enquadram nessas linhagens (Green, 2014, p. 14). No caso específico do brasilianismo norte-americano, desde que existam vínculos com o perfil acadêmico daquela cultura, tudo que se produziu e ainda se produz, de maneira sistemática, acadêmica ou cientificamente, sobre o Brasil, independente do tempo histórico em que foi gerado, se ajusta ao conceito de “brasilianismo”. Simples assim. Até pouco tempo, o enfoque da produção estadunidense sobre o Brasil podia ser subdividido em dois tempos históricos complementares: o *brasilianismo histórico* – trabalhos produzidos numa fase de montagem de conhecimento continental; e, de outra sessão, muito mais em coerência com o padrão ditado no pós-guerra, o *brasilianismo político*, salientado nos chamados anos de chumbo, condizente com a modernização dos temas e modos de exercitar análises<sup>15</sup>. A exclusão da primeira fase, histó-

15 Dado o correr do tempo e as transformações do evoluir historiográfico norte-americano, em vista do Brasil, valeria a sugestão de nova onda geracional que poderia ser reconhecida como *brasilianismo interdisciplinar*, assumido por especialistas agora dedicados a temas de construções de identidades: afro, feministas, de orientação sexual, religiosa.

rica, em favor da essencialidade da segunda, a implicaria como geração espontânea e de uso meramente ideológico.

## BRASILIANISMO E ANTIBRASILIANISMO: ETERNOS RETORNOS

Sendo que o termo “brasilianista” no Brasil ainda continua a causar polêmica, a fim de avaliar condições historiográficas gerais, pretendeu-se o entendimento desse fenômeno a partir dos sintomas presentes em nossa crítica acadêmica. A alongada constituição – ainda que intermitente – desse debate demonstra o custeamento de algumas práticas discursivas insistentes: a origem e supostas dificuldades de definição conceitual; o uso em inglês ou em português do termo definidor da prática; os ciclos de produção inefavelmente medidos por números; as flutuações do comportamento político imperialista norte-americano e suas estratégias de dominação; e, mais recentemente, a variação temática assumida pelas novas gerações de brasilianistas, que se dedicam, destacadamente, a temas sociocomportamentais, menos ligados ao estabelecimento do poder institucional. O faticamento temporal – em particular o isolamento do período correspondente ao regime militar – também atua como fator discriminatório, pois quase toda a produção de uma geração tem sido vista como atestado de um projeto que marcaria o uso mecânico de pesquisadores como “intrusos”. Vale lembrar que o tom paternalista de abordagens explicativas preside a reflexão acadêmica que reforça o eterno caráter defensivo da matéria.

A fácil constatação de alguns desses aspectos, contudo, entre nós, carece de desconhecimento do outro lado da moeda, fator que ilustra o sentimento defensivo, declarado ou enrustido. Sem levar em conta as relações anteriores dos pioneiros acadêmicos com seus futuros alunos, seria temerário assumir continuidades. Exemplos importantes, como do latino-americanista Frank Tannenbaum, que orientou Richard Morse, que, por sua vez, motivou uma plêiade de significativos brasilianistas – como Dain Borges, Thomas Cohen, Jeffrey Needel, Matthew Shirts –, de Stanley Stein, que acompanhou Robert M. Levine, que, por sua vez, orientou Peter Batie, entre muitos outros casos, caracterizam

continuidades irrefutáveis. Seria fácil multiplicar exemplos, inclusive que garantiriam continuidade de estudos em personagens como Emilia Viotti da Costa e alunos como John French ou Barbara Weistein, e tantos mais. Além disso, porém, é importante lembrar a revolução demográfica causada nas famílias norte-americanas depois do fim do conflito mundial em 1945. Os chamados *babies boomers* – a expressiva geração nascida imediatamente depois do fim da Segunda Guerra Mundial –, com a chegada à idade adulta, revolucionaram o sistema educacional estadunidense, que abrigou levadas de estudantes, dando-lhes sentido profissional na área da pesquisa e da educação.

Logicamente o olhar político-institucional dos Estados Unidos se nutriu de fatores defensivos e em particular se alimentou da política antissoviética que ambientou a Guerra Fria. Nesse contexto, o enfrentamento com a potência opositora colocou em mira áreas vulneráveis à expansão comunista. Tudo se agitou ainda mais frente ao lançamento do satélite Sputnik, em 1957, e depois, com os desdobramentos da Revolução Cubana nos anos da década de 1960 em diante. A proteção continental deixaria então de ser tendência, para assumir a condição de política estratégica. Juntando partes, a prática educacional dos Estados Unidos passaria supostamente a exercitar seus adeptos a *estudos de áreas*, alijados de intenções acadêmicas, culturais ou científicas. Como parte de continuidade firmada desde o começo do século XX, a América Latina ganharia destaque nesse plano, e nela o Brasil mereceria realce pelo tamanho, importância e função estratégica. O desconhecimento das partes, porém, se tornou notável, havendo esforço compensatório dos Estados Unidos para com a América Latina, ainda que a recíproca não se reconhecesse verdadeira.

Amedrontados, sem entender o significado motivador de tantos estudos, setores da intelectualidade brasileira, em particular no meio acadêmico, se compuseram com segmentos que identificavam o golpe militar com a efetiva participação política norte-americana. Logicamente, não faltavam aspectos indicadores da interferência estadunidense nos procedimentos políticos dos *anos de chumbo*, nem se pode deixar de perceber alguns acadêmicos norte-americanos empenhados nesse processo, mas daí a assumir o conjunto como



uma espécie de patrulha é exagero grande, e muito consequente. Há evidente e justificável explicação para procedimentos de rejeição antiamericana que, sim, sempre se fez efetiva. Os críticos desse ramo do brasilianismo, no entanto, neutralizaram diferenças, propondo uma propaganda contrária, fundamentada na reverberação local. É verdade que sempre existiram intelectuais mais precavidos que reconheceram a construção de um discurso anti-brasilianista, mas estes, contudo, não exerceram efetiva ação de contraste. Junto à conveniência de silêncios de alguns, outros trataram de propor para seus alunos pesquisas que eventualmente permitissem fundamentação oposta à dos estudiosos norte-americanos. Foi assim que se nutriu o sentimento anti-brasilianista que, apesar de mostras evidentes, nunca se assumiu como tal, evoluindo num discurso de aparente fundamentação sociológica. É nesse cenário incerto e nebuloso que, como expressão de um *nacionalismo acadêmico* embutido, muitas

pesquisas brasileiras sobre o assunto dimensionavam a caracterização modernizadora das nossas ciências humanas e a distinção de uma cultura intelectual que, por ter discernimento dos valores estrangeiros, escolhe o que convém para diálogos.

Mas o que se avoluma como consequência desse processo todo é a inevitável permanência do sentimento anti-brasilianista. Passado o tempo, mesmo com as marcas deixadas pela construção preconceituosa do discurso contrário, o que se tem é a projeção das sombras que, no presente, reconhecem a inevitável atuação dos novos brasilianistas, mas a percebem destituída de atributos políticos. Isso, diga-se, é outra forma de manter vivo o anti-brasilianismo. A presença das oposições ao brasilianismo, por disfarçadas ou irreconhecidas, servirá de combustível para nutrir prosseguimentos que tendem a se desdobrar, pelo menos enquanto não houver condições de amadurecimento do corpo crítico nacional brasileiro.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. "Tendências e Perspectivas dos Estudos Brasileiros nos Estados Unidos", in Rubens Antônio Barbosa; Marshall C. Eakin; Paulo R. de Almeida (orgs.). *O Brasil dos Brasilianistas: Um Guia dos Estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2001*. São Paulo, Paz e Terra, 2002, pp. 31-55.
- \_\_\_\_\_. "Mr. Dulles e o Brasil", in *D.O. Leitura*, v. 54, n. 5. São Paulo, Imprensa Oficial, 1986, p. 14.
- ARAPIRACA, José Oliveira. *Usaid e a Educação Brasileira*. São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1982.
- BEIGUELMAN, Paula. "Cultura Acadêmica Nacional e Brasilianismo", in Alfredo Bosi. *Cultura Brasileira, Temas e Situações*. São Paulo, Ática, 1987, pp. 199-207.
- BERGER, Mark T. *Under Northern Eyes: Latin American Studies and U.S. Hegemony in the Americas, 1898-1990*. Bloomington, Indiana University Press, 1995.
- BIEBER, Judy. "História do Brasil nos Estados Unidos: 1945-2000", in Paulo Roberto de Almeida; Marshall C. Eakin; Rubens Antônio Barbosa (orgs.). *O Brasil dos Brasilianistas: Um Guia dos Estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos*. São Paulo, Paz e Terra, 2002, pp. 194-232.
- BOURDIEU, P. *Os Usos Sociais da Ciência: Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico*. São Paulo, Editora Unesp, 2004.

- CANEDO, Leticia Bicalho. "La Fundación Ford y la Importación de la Ciencia Política en Brasil", in Martha Cecilia Herrera (org.). *Política, Intelectuales y Espacio Público en las Sociedades Contemporáneas*. Bogotá, Cooperativa Editorial Magisterio, 2007.
- CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. "John Waston Foster Dulles (1913-2008): A Vocational Historian", in *Estudos Históricos*, v. 3, n. 5. Rio de Janeiro, 2008, p. 29.
- \_\_\_\_\_. "O Brasil e os Brazilianistas nos Circuitos Acadêmicos Norte-Americanos: Thomas Skidmore e a História Contemporânea do Brasil". 2007 (mimeo.).
- CLINE, Howard. "Review", in *The American Historical Review*, v. 67, n. 2. 1962, pp. 455-6.
- GASPARI, Elio. "A História do Brasil – O Passado do País Está Sendo Escrito em Inglês", in *Veja*, 168. São Paulo, Abril, 24/11/1971, pp. 32-8.
- GREEN, N. James. "Prefácio", in *Anais Brasileiros e Brazilianistas: Novas Gerações, Novos Olhares*. São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo. 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/12127503/BRASILEIROS\\_E\\_BRASILIANISTAS\\_-\\_emilia\\_viotte](https://www.academia.edu/12127503/BRASILEIROS_E_BRASILIANISTAS_-_emilia_viotte). Acesso em: 12/12/2016.
- KULIK, Gary. "Designing the Past: History-Museum Exhibitions from Peale to the Present", in Warren Leon. *History Museum in the United States. A Critical Assessment*. Urbana-Champaign, University of Illinois Press, 1989, pp. 3-37.
- LEVINE, Robert M. "Pesquisas: Fontes e Materiais de Arquivos, Instituições Relevantes, Abordagens", in Rubens Antônio Barbosa; Marshall C. Eakin; Paulo R. de Almeida (orgs.). *O Brasil dos Brazilianistas: Um Guia dos Estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos*. São Paulo, Paz e Terra, 2002, pp. 57-80.
- MASSI, Fernanda Peixoto. "Brazilianismos, 'Brazilianists' e Discursos Brasileiros", in *Estudos Históricos*, v. 3, n. 5. Rio de Janeiro, 1990, p. 29.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A Colônia Brazilianista: História Oral de Vida Acadêmica*. São Paulo, Nova Stella, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Introdução ao Nacionalismo Acadêmico: Os Brazilianistas*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MICELI, Sergio. *A Desilusão Americana: Relações Acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo, Idesp/Vértice/Finep, 1990.
- MUSSE, Ricardo. "O Brasil de Skidmore", in *Blog da Boitempo*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/24/o-brasil-e-skidmore>. Acesso em: 13/9/2016.
- PARKER, Phyllis. *Brazil and the Quiet Intervention, 1964*. Austin, University of Texas Press, 1979.
- PONTES, Heloisa. "Brasil com Z", in *Estudos Históricos*, v. 3, n. 5. Rio de Janeiro, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, 1990.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo, Ibrasa, 1981.
- SANTOS, Hermílio; OLIVEIRA, Patrícia; SUSIN, Priscila. "Narrativas e Pesquisa Biográfica na Sociologia Brasileira: Revisão e Perspectivas", in *Civitas, Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 2. Porto Alegre, PUC-RS, 2014, pp. 359-82. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17152/11478>. Acesso em: 21/12/2016.
- TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- TRAGTENBERG, Mauricio. "A Delinquência Acadêmica", in *Educação & Sociedade*, v. 1, n. 3. São Paulo, maio/1979, pp. 76-82.
- TYRREL, Ian. "Reflection on the Transnational Turn in United States History: Theory and Practice", in *Journal of Global History*, v. 4. 2009, pp. 453-75.
- WALLERSTEIN, Immanuel. "The Unintended Consequences of Cold War Area Studies", in Noam Chomsky et al. (eds.). *The Cold War and the University: Toward an Intellectual History of Postwar Years*. New York, New Press, 1997.
- WEINSTEIN, Barbara. "Am I Still a Brazilianist?", in *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 72. São Paulo, 2016, pp. 195-217.